

A INFLUÊNCIA ARISTOTÉLICA NA CONCEPÇÃO DE ENSINO DE TOMÁS DE AQUINO: A RELAÇÃO ENTRE ATO E POTÊNCIA, MESTRE E DISCÍPULO

THE ARISTOTELIAN INFLUENCE ON THOMAS AQUINAS'S CONCEPT OF TEACHING: THE RELATIONSHIP BETWEEN ACT AND POTENCY, MASTER AND DISCIPLE

Gustavo Felipe da Silva⁴⁴

RESUMO

Após a recepção das obras de Aristóteles no medievo, houve grande influência no pensamento ocidental, especialmente nas obras de Tomás de Aquino, que integrou os conceitos aristotélicos ao pensamento medieval. A pesquisa demonstra as concepções sobre o ensino no *De Magistro* de Aquino, sobretudo a influência dos conceitos de ato e potência, para a concepção de ensino em Tomás de Aquino.

Palavras-Chaves: Educação; Idade Média; Recepção Aristotélica; Ato; Potência.

ABSTRACT

After the reception of Aristotle's works in the Middle Ages, there was a great influence on Western thought, especially in the works of Thomas Aquinas, who integrated Aristotelian concepts into medieval thought. The research demonstrates the conceptions about teaching in Aquinas's *De Magistro*, especially the influence of the concepts of act and potency, for the conception of teaching in Thomas Aquinas.

Keywords: Education; Middle Ages; Aristotelian Reception; Act; Potency.

⁴⁴ Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), Especialista em História Antiga e Medieval pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Licenciado em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail para contato: gustavofelipe.uem2013@outlook.com.

O presente artigo⁴⁵ busca analisar e apontar as concepções do Doctor Angelicus no campo educacional. E para a execução da pesquisa, optou-se por trabalhar com o *De Magistro* de Tomás de Aquino, e também, com a *Metafísica* de Aristóteles, a fim de proporcionar uma melhor compreensão do tema. A escolha em dialogar com Aristóteles se deu devido à recepção das obras de Aristóteles no Ocidente e a forte consolidação de suas ideias, sobretudo, nas universidades e na filosofia escolástica, tornando-se, assim, uma peça-chave na compreensão do conceito de ensino apresentado pelo Aquinate.

A questão que temos como objeto de estudo está inserida no conjunto das *Quaestiones Disputatae de Veritate* de Tomás de Aquino, discutidas por volta de 1256 e 1259. A questão número XI, intitulada *De Magistro*, possui quatro artigos, sendo eles: Art. I Se o homem pode ensinar e ser dito mestre ou se somente Deus; Art. II Se alguém pode ser dito mestre de si mesmo; Art. III Se o homem pode ser ensinado pelo anjo e Art. IV Se ensinar é ato da vida contemplativa ou ativa. Neste trabalho, que é de cunho bibliográfico, apresentamos o conteúdo dos dois primeiros artigos.

Buscou-se com essa pesquisa apresentar, a importância das concepções de ensino de Tomás de Aquino no Século XIII, e mostrar como o autor se utilizou da conceitualização de Ato e Potência apresentados por Aristóteles em sua *Metafísica* para revolucionar o pensamento à cerca do ensino. Além disso a pesquisa nos permite compreender como ocorre a relação de ensino e aprendizagem entre mestre e discípulo, reflexão fundamental para se entender como funcionam as novas teorias desse conceito. Para concluir, esse trabalho nos possibilita refletir sobre a ideia de Idade Média, contribuindo para um olhar mais fidedigno sobre o período.

Tomás de Aquino nasceu em Roccasecca, próximo a Aquino, por volta de 1224 a 1225. Quando ainda pequeno, no ano de 1230, foi introduzido na vida religiosa, como oblato ao mosteiro de Monte Cassino, onde permaneceu até 1239. Entre os anos de 1239 e 1244, estudou na faculdade de Artes na universidade de Nápoles. Onde teve seu

⁴⁵ O artigo é resultado da monografia de conclusão de curso apresentada para a UTFPR. Conferir: SILVA, Gustavo Felipe da. O Ensino na Obra De Magistro, de Tomás de Aquino. 2020.41 folhas. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2020.

primeiro contato com o pensamento de Aristóteles e, também, com a Filosofia árabe. Em 1244 toma o hábito dos frades dominicanos, que significava fazer voto de pobreza rigorosa, andar de pés descalços, viajar a pé e morar em conventos pobres. Contudo, por ser de família nobre, o superior da casa, por temor aos parentes, o enviou para Bolonha, onde se tornou geral da Ordem.

No meio do caminho, Tomás de Aquino foi aprisionado pelos parentes e levado a Roccasecca, e ali permaneceu por um ano, sendo liberto no verão de 1245. Em Paris, concluiu sua formação filosófica, e ouviu as prelações filosóficas de seu mestre Alberto Magno, nos anos entre 1245 e 1248. Entre os anos de 1248 e 1252, em Colônia, na qualidade de assistente de Alberto, escreveu seu primeiro texto teológico, o Comentário sobre Isaías. Retorna a Paris, onde permanece até 1259, indicado para a universidade por Alberto, que devia apontar um frade que pudesse ser nomeado bacharel. Nesse período, comentou os Quatro livros das Sentenças de Pedro Lombardo e também redigiu outros textos, com destaque para o celebre opúsculo *De ente et essentia*.

Por volta dos 31 e 32 anos, no ano de 1256, recebeu a *vênia legendi*, estando então autorizado a assumir a cátedra de Teologia. Contudo devido a querela entre os mestres seculares e mendicantes, só fora admitido em 1257 por imposição do papa Alexandre IV ao rei Luís IX. Como professor, presidiu as Questões disputadas sobre a verdade, no mesmo período também redigiu *Quodlibetais* VII-XI, o Comentário sobre Boécio De trindade, e alguns comentários bíblicos, bem como os textos polêmicos em defesa dos mendicantes. Em 1259, é enviado à Itália, onde permaneceu por uma década, nesse período, não se dedicou apenas à vida acadêmica, organizou os estudos da ordem em diversas localidades, pregou missões, foi assessor da cúria papal e ocupou cargos de direção entre os dominicanos, sempre se deslocando de um lugar para o outro. Em seus primeiros anos na Itália, esteve em Nápoles e revisou os primeiros capítulos da Summa contra gentiles, e continuou a redigi-la. Nos anos entre 1261 e 1265, esteve no convento dominicano de Orvieto, e no período foi assessor da cúria romana, que era instalada na localidade, e também redigiu importantes pareceres, a exemplo, o *Contra errores Graecorum*.

Entre 1265 e 1268, permaneceu em Roma, onde tinha a intenção de fundar uma casa de estudos. Diante da dificuldade em comentar o Livro das Sentenças a alunos de pouco preparo intelectual, resolveu redigir um novo texto, voltado aos principiantes, e o chamou *Summa theologiae*, que tornou-se sua obra mais importante e também a mais importante obra filosófica teológica da Idade Média. Concluiu sua primeira parte em Roma e lá também concluiu a *Catena áurea*, o *Compêndio de Teologia* e redigiu as *Questões disputadas de potentia*. Em 1268, Tomás é enviado à universidade de Paris, dadas as divergências entre teólogos e filósofos quanto ao modo de recepção de Aristóteles e do pensamento árabe e judaica, e lá permaneceu até o ano de 1272.

Envolvido no debate, escreveu dois importantes textos, sobre a unidade do intelecto – contra os averroístas e sobre a eternidade do mundo. Lá também concluiu a segunda parte da *Suma Teológica* e iniciou a terceira parte, redigiu os *Quodlibetos* I-VI-XII e diversas questões disputadas. Nesse período, também executou quase todos os 12 comentários sobre a obra de Aristóteles e também comentários bíblicos, sermões e respostas a consultas. Tomás deixa Paris na primavera de 1272 e segue para Nápoles, rumo ao *studium generale* dos dominicanos, lá deu continuidade a terceira parte da *Suma Teológica*, comentou as Epístolas de São Paulo, alguns Salmos e completou alguns comentários a Aristóteles. Em 1273, tivera uma visão do céu e, depois disso, compreendeu que tudo o que havia escrito era palha a ser queimada, e nada mais escreveu. Parte rumo a Lyon, convocado pessoalmente por Gregório X para participar do Concílio Geral, contudo, seu estado de saúde se agrava e, então, se estabelece no mosteiro cisterciense de Fossa Nova, onde faleceu em 7 de março de 1274. Foi canonizado pelo papa João XXII e declarado Doutor da Igreja em 15 de abril de 1567 pelo Papa Pio V⁴⁶.

Para efetuar a pesquisa, ainda que não seja um trabalho de cunho puramente histórico, consideramos, para sua realização, a concepção segundo a qual, o objeto da história é o homem, o homem em seu momento histórico, o homem em seu tempo (BLOCH, 2001, p. 7). O que nos implica que o momento histórico tem grande relevância

⁴⁶ Sobre o autor consultar: GILSON. Étienne. *A filosofia na Idade Média*, p. 653- 654; BONI, L. A. *Estudos Sobre Tomás de Aquino*, p. 8-11.

onde o sujeito é objeto de ação, seja ele historiador, teólogo, filósofo, ou qualquer outro que tenha compilado alguma obra que hoje a usamos como fonte para análise de alguma questão. Trabalhar com uma fonte não consiste apenas em construir interpretações sobre o documento, mas, também, reconhecer a sua origem e como ela está relacionada com a sociedade, pois consiste em tudo o que foi produzido pela humanidade no tempo e no espaço (SILVA; SILVA, 2006, p. 158-161).

Em suma, nós nos apropriamos das fontes históricas por meio de abordagens específicas, métodos diferentes e por diferentes técnicas (PINSK, 2005, p. 7), que nos permitem apresentar uma ideia. Aqui nos propomos estabelecer uma relação, tanto com fontes primárias, quanto com a bibliografia, que nos ajudaram a compreender nosso objeto e seu contexto de produção, levando em consideração que a obra compilada pelos homens é fruto de seu tempo e está inteiramente ligada a ele. E foi assim que nos ativemos para apresentar o pensamento de Tomás de Aquino sobre o Ensino, considerando a recepção dos textos aristotélicos no século XIII e o surgimento das universidades. O texto leva em consideração a ideia de trabalhar com Tomás de Aquino, compreendendo seu pensamento à luz da filosofia aristotélica, considerando o como um homem que, em sua época, não embasou seu pensamento apenas em explicações religiosas, mas que as fundamentou nas autoridades do passado, um deles, Aristóteles.

O CONCEITO DE IDADE MÉDIA

Considerando que o nosso tema é pertinente ao século XIII, período medieval, é importante que se faça uma ressalva referente à construção do termo Idade Média, que foi fortemente divulgado após o Renascimento. No entanto, já no século XIV, o italiano Francesco Petrarca se referia ao período como *tenebrae*, inaugurando a ideia de Idade das Trevas. Contudo, essa concepção se enraizou somente quando, no século XVI, Giorgio Varsari popularizou o termo Renascimento em uma de suas obras bibliográficas. E conseqüentemente, legando ao período anterior o termo “*media*” *aetates, antiquitas e tempora* (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 9).

No imaginário do século XVI, há grande exaltação dos modelos clássicos, é que isso influencia diretamente em como cunhou-se o termo, que significava contrariedade ao século XVI, “século das luzes”, e em contraste de uma época com a outra para demonstrar a ideia de superioridade do período renascentista, utilizavam o latim no modelo clássico, opondo-se ao latim de outrora, considerado bárbaro. A arte também, por não manter o padrão clássico, era taxada de grosseira, gótica (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 10).

No século XVII, é nesse sentido filológico que passa a prevalecer a expressão *medium aevum*, que começa a aparecer em diversos escritos. Em seu sentido renascentista a Idade Média, teria sido uma interrupção no progresso humano, iniciado pelos gregos e romanos, que só teria retornado no século XVI. Assim, no século XVII, o período seria também alvo de diversas críticas à igreja por parte dos protestantes, à fragmentação política, e aos reis fracos, pelos aristocratas absolutistas, à limitação comercial pela classe comercial burguesa, e a crítica dos intelectuais racionalistas que deploravam a cultura do período, muito ligada a valores espirituais (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 10).

No Século XVIII, período antiaristocrático e anticlerical, atenuou-se ainda mais o menosprezo a Idade Média símbolo do auge, da nobreza e do clero, em contraste com a filosofia iluminista, direcionada pela racionalidade, também confrontava com a forte religiosidade medieval, auxiliando na sustentação e fixação do conceito (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 10-11). Contudo, não trabalhamos com essa visão do medievo, de modo pejorativo, de um período entre duas épocas de glória, que não tem nada a nos deixar como legado, mas que foi um período promissor em que houve progresso. Foi uma época fértil que nos deixou diversos legados e instituições além de uma grande contribuição intelectual, como se pode ver com Tomás de Aquino. Época de grande importância para o Ocidente e que merece ser explorada, pois tem muito a contribuir em diversos aspectos.

A RECEPÇÃO ARISTOTÉLICA

O contexto de desenvolvimento filosófico do século XIII, no qual Tomás de Aquino viveu, precedeu a chegada das obras Árabes Judaicas e também pelas obras científicas metafísicas e morais de Aristóteles. Assim, o esforço dos tradutores em um primeiro plano, produziu as obras que posteriormente foram usadas pelos filósofos e teólogos em suas obras (GILSON, 1995, p. 465). Ao passo que novas traduções se incorporavam ao patrimônio acadêmico, surgiam possibilidades de cortejá-las e de escolher entre elas. Tomás de Aquino por exemplo, elaborou seu *Commentaria in duodecim libros Metaphysicorum Aristotelis*, tendo diferentes textos à sua frente (BONI, 1995, p. 66-107). O trabalho das traduções era árduo e, muitas vezes, realizado em difíceis condições, tanto que, quando se tratava de uma tradução do Filósofo do texto grego para o latim, era necessário encontrar um árabe ou judeu para que este traduzisse as palavras uma a uma, para que somente depois elas fossem traduzidas para o Latim. As traduções exerceram sobre o pensamento do século seguinte influência profunda e duradoura, no entanto, vale destacar que os principais textos de Aristóteles que chegavam no Ocidente eram o Aristóteles arábico (GILSON, 1995, p. 465).

No que diz respeito ao início da “redescoberta” do pensamento aristotélico no Medievo, muitos historiadores da cultura medieval buscam afirmar que não foi Aristóteles que promoveu o movimento de renovação científico filosófica no Ocidente, que se seguiu após o século XII, mas que fora o movimento reformador que buscara por Aristóteles, pois este respondia às exigências da nova situação histórica do século. Essa tese se justifica, visto que o ocidente nunca perdera o contato político com Constantinopla, e lá, a obra de Aristóteles sempre foi conhecida. Ocorreu que, quando o modelo neoplatônico agostiniano, que regia a igreja, o mundo, e o homem se esgotou, foi necessário recorrer a um outro modelo, o aristotélico (BONI, 1995, p. 66-107). Contudo, é inegável a forte influência que este exerceu sobre Ocidente.

AS UNIVERSIDADES

Como apontado por Le Goff (2006. p. 93), o século XIII é o século das universidades. Ao estabelecer uma análise de suas origens, é possível notar dois fatos

históricos, um ligado ao conflito político entre a *potestas* temporal e a *potestas* eclesiástica, e outro ligado diretamente à difusão do pensamento aristotélico no Ocidente. Porém, outros acontecimentos influenciaram o nascimento dessa instituição, a exemplo, o renascimento das cidades, o desenvolvimento das corporações de ofício, o florescimento do comércio e o aparecimento do mercador, além de análises que vinculam a origem das universidades medievais a escolas árabes, ou a escolas do século XII, século das corporações de ofício (OLIVEIRA, 2007, p. 120). Do ponto de vista filosófico e teológico, a Universidade de Paris foi a primeira a se constituir, estabelecendo grande influência no século XIII, até mais do que a universidade de Bolonha, considerada mais velha, e a de Oxford, a mais nova entre as três (GILSON, 1995, p. 483).

Terezinha Oliveira (2007, p. 121), nos permite notar o quão importante foi a recepção de Aristóteles no medievo, não só por isso, mas para a vida universitária, a reflexão e os debates que nela se sucederam, a pensadora aponta que:

Se as disputas políticas estimularam e asseguraram, pelas mais diversas razões, a existência das universidades, a introdução e a difusão nelas das obras de Aristóteles, no século XIII, foram igualmente importantes. Desde o século anterior, com as escolas parisienses, com as Cruzadas e com as traduções árabes, verificasse uma crescente e constante influência do filósofo no Ocidente. Entretanto, foi somente a partir do século XIII que suas principais obras foram traduzidas e se tornaram objetos de estudo e ponto de referência nas investigações da natureza e da sociedade.

O século XIII, época clássica da filosofia medieval, é definida no meio acadêmico pelas atitudes diversas que foram adotadas, nos diferentes meios filosóficos, em relação ao aristotelismo, não somente na Universidade de Paris, e posteriormente na de Toulouse e Oxford, mas também nas grandes ordens religiosas, pois os dominicanos e franciscanos desempenharam um papel importantíssimos na interpretação de Aristóteles (GILSON, 1995, p. 480). Os intelectuais deste século ficaram responsáveis por defender um tipo de equilíbrio entre fé e razão. Ocasionalmente pela aventura do aristotelismo, a razão escolástica bebe em outras fontes, mas é em torno do Filósofo que é exercida (LE GOFF, 2006, p. 140). E a Tomás de Aquino coube a difícil tarefa de organizar e buscar o equilíbrio entre os dois conhecimentos vigentes no período

(OLIVEIRA, 2005, p. 41), a saber: do conhecimento revelado pela teologia cristã e o pensamento aristotélico.

O método de ensino escolástico presente nas Universidades da Idade Média era a lição e a disputa, a lição consistia na leitura e numa explicação de determinado texto, poderia ser uma obra de Aristóteles para os mestres em Artes, ou as sentenças de Pedro Lombardo para o ensino de teologia. Esse método originou todo tipo de comentários que a Idade Média nos deixou e, embora disfarçados em um simples comentário do texto, possibilitaram, muitas vezes, mostrar um pensamento original. Já a disputa consistia em um torneio dialético que acontecia sobre a presidência de um ou mais mestres, as partes sustentavam argumentos favoráveis ou contrários a alguma questão e, após algumas rodadas, o mestre reunia os argumentos e deliberava a favor ou contra a solução. As disputas ocorriam nos fins de semana ou quinzenalmente, já outras, apenas na Páscoa ou Natal (GILSON, 1995, p. 482-483 ; LE GOFF, 2006, p. 120-121).

No que diz respeito a Tomas de Aquino, o método escolástico é a tentativa de equilibrar a teologia cristã revelada a filosofia aristotélica. A *suma Teologia* de Aquino é um modelo que expressa perfeitamente o pensamento medieval, alcança a plena consciência de si, é composta de todas as verdades da teologia natural e sobrenatural, obra executada com maestria para o ensino dos estudantes em teologia (GILSON, 1995, p. 493). E no texto que iremos apresentar, também é possível observar essa influência.

AS QUESTÕES DISPUTADAS

Luis Alberto de Boni (1995, p. 12), nos aponta que:

A obra de Tomás de Aquino é imensa. Se considerarmos que percorreu a pé mais de 10 mil quilômetros em longas viagens (pois aos frades era proibido andar a cavalo); que, na Ordem e na Igreja desempenhou diversos ofícios, que não estavam voltados propriamente ao ensino e à pesquisa; e que sua produção acadêmica limitou-se a pouco mais de duas décadas (de 1252 a 1273), tendo ele falecido aos 49/50 anos de idade – constata-se que foi mais fecundo que Ch. Wolff, falecido aos 75 anos de idade; que E. Husserl, falecido aos 79 anos, e que M. Heidegger, falecido aos 85 anos, para citarmos alguns dos pensadores que mais escreveram.

O *De magistro* é uma das questões disputadas sobre a verdade (a de nº 11), e tais questões foram de grande importância à universidade medieval. Tomás de Aquino, em sua primeira regência na Universidade de Paris, procede com as *Quaestiones de Disputate de Veritate*, que foram disputadas em Paris de 1256 a 1259, sendo que as questões 1 a 7 tratam: sobre a verdade; o conhecimento de Deus: as ideias divinas; o *verbum*; a Providência Divina; a predestinação e o livro da vida. As questões de 8 a 20 tratam sobre sabedoria angélica; comunicação angélica; a mente como imagem da trindade; o ensino; a profecia como sabedoria; o êxtase; a fé; a razão superior e a inferior; a sindérese; a consciência; o conhecimento de Adão no Paraíso; o conhecimento da alma depois da morte e o conhecimento de Cristo nessa vida. As questões de 21 a 29 tratam sobre a bondade; o desejo do bem e a vontade; a vontade de Deus; o livre-arbítrio; o apetite dos sentidos; as paixões humanas; a graça; a justificação do pecador e a graça da alma de Cristo. A metodologia usada por Tomás é a da *quaestio disputata*, método onde as grandes ideias eram examinadas criticamente em forma de disputa, método que consistia na própria essência das universidades. Uma *quaestio disputata* era dedicada a um tema e se subdivide em artigos que correspondem a capítulos ou aspectos do tema. Primeiramente é anunciada a tese de cada artigo, sobre forma de polemica, *Utrum*, e a *quaestio* começa por um *videtur quod non*, um, parece que não, que começa a dar voz ao adversário por meio da *obiectiones*, objeções à tese que o mestre pretende sustentar. Depois são apresentadas as *sed contra*, contra objeções, sentenças em favor da tese do artigo, e, as vezes se apresentam as, *in contrarium*, um terceiro posicionamento. Após essas exposições, o mestre, expõe tematicamente sua tese, a *responsio*, solução. E, por fim, a *responsio ad obiecta*, resposta a cada uma das objeções apresentadas (LAUAND, 2004, p. 3-5).

O ENSINO NO DE MAGISTRO

O processo educativo em Tomás de Aquino, embora a palavra educação não apareça expressamente, é demonstrado pela interrelação de dois pontos, ato e potência, reduzir o conhecimento em ato, a partir da potência. Para o Aquinate, o ensinar se dá no processo de redução do ato, consiste em conduzir de potência a ato, e tal exercício

deve e só pode ser feito pelo aluno. Não consiste na transmissão mecânica do professor, antes, o professor deve apenas apresentar sinais para que seu educando possa realizar este processo de redução do ato de conhecimento (LAUAND, 2004, p. 21).

Assim, esta pesquisa visou discorrer sobre a concepção educacional no pensamento de Tomás de Aquino em sua obra *De Magistro (Sobre o Mestre)*, a fim de demonstrar a relação desenvolvida entre mestre e discípulo, e como ocorre o processo de ensino para se alcançar a ciência, perpassando de potência a ato, por mediação do educador, motor que proporciona esse movimento de potência a ato. Dado o uso dessa relação entre educador, que está em ato, e educando, que está em potência, que permeia de fio condutor para a explicação das relações de ensino em Tomás de Aquino que, embora distintos, são dois modos fundamentais do ser, de grande importância para a compreensão do pensamento do Aquinate sobre o ensino. Em vista de melhor compreendê-los, nós nos voltaremos para Aristóteles, que define a potência como potencialidade de vir a ser, e, ser em ato aquele que é, enquanto o ser, dado a potência, pode vir a ser em ato (LAUAND, 2004, p. 10).

CONCEITO DE ATO E POTÊNCIA

A fim de promover uma melhor compreensão do pensamento de Tomás de Aquino, faremos aqui uma breve exposição do pensamento aristotélico, a saber: sobre seu conceito de ato e potência apresentado no Livro IX da *Metafísica*, que constitui em Tomás um fio condutor para compreender seu pensamento referente ao ensino. Aqui será exposta a relação entre ato e potência com base na obra aristotélica. Assim, por meio de uma análise geral, foram abordadas as principais questões relacionadas aos conceitos de ato e de potência, expostas no livro IX da *Metafísica*. A proposta deste tópico foi a de ajudar o leitor a compreender melhor a relação existente entre ato e potência, conceitos essenciais para o filósofo Aristóteles desenvolver sua teoria do movimento e da mudança.

Em sua metafísica, no Livro IX, Aristóteles trata a respeito da relação entre de ato e potência, expõe-se aqui seu pensamento afim de esclarecer melhor essa relação proposta por Aristóteles, que é de extrema importância para definir a ideia de

movimento presente em seu texto e que, sobretudo, influenciaram o Aquinate. O estagirita inicia seu Livro IX com uma abordagem sobre a Potência. Para o Filósofo, a ideia de potência está estritamente ligada ao movimento. Em um sentido primário, potência é aquilo que possui princípio de mudança em outra coisa, ou na mesma coisa, enquanto em outro, essa mudança pode ser passiva por obra de outro ou de si mesmo. O que nos permite perceber uma notável relação em seu pensamento entre a potência, movimento e mudança.

Ademais, algumas coisas só são chamadas potências por força de similitude. Por outro lado, todas as potências conforme a mesma espécie são princípios, e são ditas potências em relação àquele que é potência em sentido primário, e que é princípio de mudança em outra coisa, ou na mesma coisa enquanto outra. Há potências em que o princípio de mudança é passivo, por obra de outro ou de si mesmo enquanto outro. E também, a potência que é a capacidade de não sofrer mudanças para pior e destruição pela ação de outro, ou de si enquanto outro, por obra de um princípio de mudança. As potências podem ser ditas assim, ou porque são potências de agir e padecer, ou de agir e padecer em determinado modo, contudo, em suas definições, está presente o conceito de potência no seu sentido originário, mudança.

Aristóteles (Metafísica, 9.1047a 19-29), aponta que é possível que algo exista em ato e não em potência ou vice versa:

[...] pode ocorrer que quem tem capacidade de caminhar não caminhe, e que seja capaz de caminhar quem não está caminhando. Algo é em potência se o traduzir-se em ato aquilo de que se diz ser ele em potência não implica nenhuma impossibilidade. Dou um exemplo: se alguém tem potência para sentar-se e pode sentar-se, não terá nenhuma impossibilidade de fazê-lo quando tiver de se sentar. E, de modo semelhante, quando se trata da potência de ser movido ou de mover. De estar parado ou de parar, de ser ou de vir a ser, de não ser ou de não advir.

O ato está ligado ao termo *enteléquia*, que significa algo que está em plena realização de uma potencialidade, e este, sobretudo, deriva dos movimentos. Como percebemos, algo é em potência quando posteriormente se segue o ato, e o ato se dá quando temos o movimento, princípio de mudança que leva algo a ato. É importante frisarmos que, das potências existentes, algumas são congênitas, como os sentidos, e outras são adquiridas pelo exercício, como, por exemplo, tocar flautas e outras

atividades que podem ser adquiridas pela instrução, contudo, para possuir as potências que adquirem pelo exercício, é necessária uma atividade precedente.

O filósofo define dois tipos de seres, uns que são capazes de mover-se segundo a razão e suas potências são racionais, e outros seres que são privados de razão e suas potências são irracionais. No que diz respeito aos seres que possuem potência racional, Aristóteles dá destaque à necessidade de decisão, de desejo, ou da realização de uma escolha racional. Para o filósofo, todo ser dotado de potência racional necessariamente agirá quando desejar aquilo que tem potência e do modo como tem potência. Contudo, para exercer essa potência, é necessário que se encontre nas determinadas condições necessárias, pois, caso não esteja nessas condições, não poderá agir, ele possui essa potência, na medida em que esta é potência de fazer. Esta potência não é absoluta, mas somente em determinadas condições e dentre estas está a exclusão dos impedimentos externos, pois não há como alguém desejar fazer duas coisas diferentes contrárias ao mesmo tempo.

Após tratar sobre a potência em sua relação com o movimento, o que pode mover outro ou ser movido por outro, o estagirita parte para a definição de ato, sua essência e sua propriedade. O ato é o existir de algo diferentemente de como foi apresentado o ser em potência. Aristóteles (Metafísica, 9.1048a 37-40), apresenta que:

[...] o ato está para a potência como, por exemplo, quem constrói está para quem pode construir, quem está desperto para quem está dormindo, quem vê para quem está de olhos fechados, mas tem a visão, e o que é extraído da matéria para a matéria e o que é elaborado para o que não é elaborado. Ao primeiro membro dessas diferentes relações, atribui-se a qualificação de ato e, ao segundo, a de potência.

As ações que possuem um termo, nenhuma é um fim por si só, e sim tendem a alcançar o fim, assim como o emagrecimento tem como fim a magreza, os corpos enquanto emagrecem estão em movimento rumo ao fim, logo o movimento não é uma ação perfeita pois ela não é o fim. De outro modo o movimento no qual já está contido o fim é uma ação. Quando alguém vê e viu, conhece e conheceu, pensa e pensou. Diferentemente, não há como estar aprendendo e ter aprendido, nem estar se curando e ter curado.

Tudo que está em movimento, ou é movimento, para o filósofo, é imperfeito, os processos de emagrecer, de aprender, de caminhar, de construir não são movimentos perfeitos, não é possível por exemplo que alguém caminhe, e já tenha caminhado, que construa, e já tenha construído. Por outro lado, ao passo que alguém vê ele viu, que pensa, pensou, e isso constitui uma atividade, ao passo que os primeiros exemplos constituem apenas movimento.

É possível perceber no pensamento do estagirita a prioridade do ato sobre a potência, a potência é tudo aquilo que tem capacidade de passar a ato, como o construtor que tem capacidade de construir. Aristóteles (Metafísica, 9.1049a 27-33) ainda aponta que:

[...] o ser em ato deriva do ser em potência sempre por outro ser já em ato. Por exemplo, O homem deriva de um homem em ato, e o músico de um músico em ato; em suma, existe sempre um movente que precede, e o movente já deve de ser em ato. De fato, dissemos anteriormente ao tratar da substância que tudo o que vem a ser algo deriva de algo, torna-se algo por obra de algo [...] obra de algo [...].

DE MAGISTRO

No artigo 1, Tomás discute se somente Deus pode ensinar e ser dito mestre. No artigo 2, o Aquinate discute o ensino, em oposição à aquisição de conhecimentos por si só, e afirma a superioridade do ensino. No artigo 3, discute a respeito de, se o homem pode ser ensinado por um anjo. No artigo 4, Tomás mostra que o ensinar consiste em um ato tanto ativo quanto contemplativo (LAUAND, 2004, p. 22).

No início de seu texto, Tomás contesta algumas concepções de sua época, a saber, se Deus é o único agente no ensino. O Aquinate pontua que tal opinião é contrária ao próprio plano de Deus, a causa primeira, que também age pelas criaturas, pois Deus, por sua excelência e bondade, conferiu aos homens não apenas o ser, mas também que possam ser causa (LAUAND, 2004. p. 22). Aquino inicia seu primeiro artigo justamente com o intuito de definir essa questão, se o homem pode ser mestre, ensinar, ou se tal prática é exclusiva de Deus. São apresentados diversos argumentos a respeito da tese de que somente Deus ensina. Um deles apoiando-se em *Mateus* 23, 8, que afirma que apenas um é nosso mestre, e que ninguém deveria querer ser chamado de Rabi. E com o intuito de corroborar com sua afirmação apresenta também o conteúdo da *Glosa*, que

versa sobre não atribuir a honra de Deus aos homens e não usurpar o que é de Deus. E então demonstra que somente a Deus compete ser mestre e ensinar.

Após apresentar diversos argumentos em favor da predita opinião, começa a apresentar argumentos contrários, ou que mostram que não se diz estritamente que somente Deus é dito mestre. Ao contrário de tal argumento, apresenta que São Paulo diz em (2 *Tm* 1, 11), que foi estabelecido como pregador e mestre das gentes, e que, portanto, o homem pode ensinar e ser chamado de Mestre. Aquino se apoia também em (*Mt* 23,8), pois, nesse livro, é dito que “um só é vosso mestre” e “um só é vosso pai”. No entanto, o fato de Deus ser considerado o pai de todos não exclui a possibilidade de que o homem também seja chamado de pai. A aplicação desse mesmo raciocínio torna possível que o homem também seja chamado de mestre. Mais um argumento é levantado, a saber: com base na *Glosa* em relação aos *Romanos* 10, 15, “esses são os pés que iluminam a Igreja”, pois, se os pés, no caso, os apóstolos iluminam, e iluminar é o ato de ensinar, compreendesse que os homens podem ensinar, pois os Apóstolos o fizeram, não obstante a ideia de que somente Deus pode ser dito mestre. Contudo, apoiando-se em Aristóteles, Aquino argumenta que uma coisa é perfeita quando pode gerar um seu semelhante, e que o saber é um certo conhecimento perfeito, logo, o homem que tem o saber pode ensinar a outro. O último argumento apresentado contrário à tese de que só Deus é mestre e pode ensinar, é pautado na autoridade de Agostinho, em *Contra os maniqueus* (II,4), e estabelece uma analogia, segundo a qual a terra representa a mente humana e, assim como a terra, que antes do pecado era irrigada por uma torrente e, após o pecado, tornou-se dependente da chuva que desce das nuvens, de modo similar, a mente humana, antes do pecado, era fecunda pela fonte da verdade, contudo, após o pecado, fez-se necessário o ensino pelos outros. Então, ao menos depois da queda, o homem passou a ser ensinado pelo homem. E em sua solução, Tomás de Aquino apresenta que a mesma diversidade de opiniões pode ser encontrada em três pontos, a saber: na educação das formas para o ser, na aquisição das virtudes e na aquisição dos conhecimentos.

O Aquinate apresenta algumas teses recorrentes sobre como se atinge o conhecimento e sobre o ensino, demonstrando que, para alguns, todas as formas

sensíveis derivam de um agente extrínseco, que é uma substância ou constitui uma forma separada, chamada, doador de formas, ou, inteligência agente, na qual os agentes naturais, que são inferiores, agem somente preparando a matéria para a recepção da forma. Aqui, cita Avicena em VI De naturalibus [*de anima* V, 5], afim mostrar que alguns afirmam que o conhecimento em nós se dá por um agente separado e que, por isso, Avicena diz que as formas inteligíveis afluem em nossa mente pela inteligência agente.

Apresenta que há também argumentos contrários aos supra apresentados, segundo os quais, as formas são inerentes às coisas e não teriam causas exteriores, mas que se manifestariam por uma ação exterior. Diz também que há um outro argumento daqueles que dizem que tais formas naturais já estão em ato e que o agente natural apenas as traz de seu ocultamento, fazendo-as se manifestar. Para esses, os hábitos são inerentes por natureza, contudo, para operarem, é necessário que os obstáculos sejam removidos, assim como se lima a ferrugem para que o metal brilhe. Deste modo, o conhecimento já existiria na alma desde sua criação, e o papel do agente exterior e do ensino seria de conduzir a alma para recordar algo que já sabia. Assim eles afirmam que ensinar seria fazer lembrar.

Contudo, tais opiniões são rechaçadas pelo pensador, pois carecem de fundamento racional, pois ignoram a dinâmica que rege o universo, pois a Causa Primeira, isto é, Deus confere às outras realidades não apenas o ser, mas que possam também ser causa. E a outra opinião também recai no erro, pois, se remover os obstáculos é mover por acidente, e se os agentes apenas manifestam pela remoção dos obstáculos, as formas, as virtudes e o conhecimento, que estavam ocultos, então todos os agentes inferiores só agem periféricamente por acidente.

Tomás aponta ser necessário sustentar uma terceira via, de que as formas naturais são preexistentes nas matérias, não em ato, como mencionado, mas em potência, e que são conduzidas ao ato por um agente extrínseco, e não apenas pelo primeiro agente como também foi supramencionado. E aqui, para justificar seu argumento, o Aquinate se apoia em Aristóteles, IV *Ethicorum* [11], estabelecendo uma relação com que o Filósofo diz, que os hábitos das virtudes preexistem em nós, em certas inclinações naturais, e que só posteriormente, pelo exercício e pelas obras, é que

são levadas a sua consumação. E então, deste modo, ocorreria com a aquisição dos conhecimentos, pois preexistem em nós certas sementes do saber, os primeiros conceitos do intelecto, conhecidos ato contínuo mediante espécies abstraídas das coisas sensíveis pela luz do intelecto agente, mesmo que sejam complexas como os primeiros princípios, ou não complexas, como no caso do caráter de uno, de ente, ou algum outro que o intelecto aprenda de imediato. Esses princípios universais já estão contidos como em razões seminais, todas as suas consequências. Assim, quando a mente é conduzida a conhecer em ato as consequências particulares que antes estavam em potência nos universais, é possível dizer que adquiriu o conhecimento.

Tomás argumenta que, nas realidades naturais, algo existe em potência de dois modos: como potência ativa completa, que é quando o princípio intrínseco permite atingir um ato perfeito, assim como nos casos de cura, onde as virtudes naturais, presentes no doente fazem com que ele passe da doença a saúde; e como potência passiva, como quando o princípio intrínseco não é suficiente para atingir o ato, assim como o ar não é suficiente para produzir fogo, o que não ocorreria por força de uma virtude presente no ar. Quando algo preexiste em potência ativa completa, o agente extrínseco age apenas ajudando o agente extrínseco, fornecendo os meios para que surja o ato, assim como faz o médico que ajuda a natureza no processo de cura, proporcionando remédios que irão ajudar a fortalecer a natureza, deste modo, os remédios servirão como instrumentos para realizar a cura. Contudo, pontua Aquino, quando algo preexiste apenas como potência passiva, é necessário que o agente extrínseco aduza de potência a ato, assim como o fogo faz do ar, que é potência de fogo, ato de fogo.

Partindo dessas considerações, o Aquinate apresenta que o conhecimento preexiste no educando como potência não puramente passiva, mas também ativa, pois, do contrário, não seria possível adquirir conhecimentos por si mesmo. E similarmente, como há duas formas de cura, uma pela natureza e uma por ajuda dos remédios, há também dois modos de adquirir conhecimento, um quando a razão chega a um conhecimento que não possuía e por si mesma, processo chamado de descoberta, e outro, quando recebe ajuda de fora, ou seja, através do ensino.

O Aquinate apresenta que, quando se trata de natureza e arte, a arte deve atuar do mesmo modo e pelos mesmos meios que atua a natureza, assim como a natureza, em um doente que sofre de frio, sua saúde é reestabelecida proporcionando-lhe o aquecimento. Assim, o médico também deve fazer, imitando a natureza. E, do mesmo modo, no ensino, o professor conduz o aluno ao conhecimento do que ignorava outrora, seguindo o caminho que alguém que chega por si mesmo à descoberta de algo que antes não conhecia.

Aquino explica que o processo pelo qual a razão chega à descoberta de coisas desconhecidas consiste na aplicação de princípios gerais evidentes a determinadas matérias, para que se chegue a algumas conclusões particulares e, a partir delas, a outras. A partir disso, é que se diz que o professor ensina o aluno, pois todo esse processo realizado pela razão em si mesma interiormente é feito exteriormente pelo professor, pelos sinais, e então a razão do aluno chega a conhecer o que antes era ignorado. E ainda deste mesmo jeito se diz que, assim como o médico causa a saúde no doente através da natureza, pode se dizer que o professor causa no aluno o conhecimento através da atividade da razão natural do aluno. Deste modo é que se diz que um homem ensina a outro homem e se chama mestre. Para corroborar com o argumento, Tomás de Aquino segue o pensamento do Filósofo, em I *Posteriorum*, onde o estagirita apresenta que a demonstração é fazer conhecer o silogismo. E disso, caso alguém ensine coisas que não decorrem dos princípios evidentes, então, não está produzindo saber, e, sim, opinião ou fé.

Segundo o Aquinate, a Luz da razão, pela qual conhecemos os princípios, foi posta por Deus, como uma certa semelhança de verdade incriada em nós e, como todo ensino humano depende dessa Luz, é Deus quem principalmente ensina interiormente, assim como é possível dizer que é a natureza interior que principalmente cura, é possível, com base nos argumentos supracitados, afirmar que o homem tanto ensina quanto cura.

Para Aquino, o conhecimento no aluno não existe em ato perfeito, mas sim como razões seminais, essas razões universais, inscritas em nós são como sementes de todos os conhecimentos posteriores, e tais razões seminais não se transformam em ato por

uma virtude criada como se fossem infusas por uma virtude criada. Ademais. o professor não infunde o conhecimento no aluno, em sentido numérico, como se todo o conhecimento presente no mestre, passasse para o aluno, pelo ensino é passado de potência para o ato, um conhecimento apenas semelhante ao que está no mestre. Então, de modo similar ao médico que produz saúde, atuando exteriormente, sobre a natureza interior, e produzindo a saúde, assim faz o homem, e pode se dizer que ele ensina a verdade, contudo, tal ensino do homem se dá exteriormente, ao passo que só a Deus compete ensinar interiormente. E é por isso que Agostinho, quando diz que somente Deus ensina, quer dizer que ele ensina interiormente, e não que ninguém mais pode ensinar exteriormente.

Diante disso, é possível afirmar que o homem é verdadeiro professor, que ensina e ilumina a mente, não por que infunde a luz da razão, isso é Deus quem faz, mas ele ajuda essa luz a chegar à perfeição do conhecimento pelo exterior, como apresenta São Paulo (Ef 3, 8) “A mim, que sou o ínfimo entre os santos, foi dada a graça: a de iluminar a todos etc.”

A sabedoria humana é dupla, uma criada e outra incriada, e ambas são infusas no homem e, por isso, o homem muda para melhor e progride. As representações das coisas inteligíveis, pelas quais se produz o conhecimento recebido pelo ensino, no aluno, são de seu intelecto agente, mas mediadas e propiciadas pelo professor. Assim, as palavras do mestre, quando ouvidas ou lidas, causam conhecimento. O intelecto possui potência de *collatio* que faz confronto com todos seus objetos, a alguns, nota, pois são evidentes, e, a outros, nota pelo exercício da razão. E para tais conhecimentos, anteriores à posse do hábito, não se diz que estamos somente em potência accidental, mas essencial, e a eles é necessário um motor que os leve a ato por meio do ensino. O professor estimula o intelecto a conhecer as coisas que ensina como motor essencial e, desse processo, faz surgir o ato da potência. O que não ocorre por exemplo a respeito da visão corporal, posto que ela apenas estimula como motor accidental.

A certeza do conhecimento se origina nos princípios, e qualquer coisa que é conhecida depende da luz interior da razão, infundida por Deus, meio pelo qual Deus fala conosco interiormente, e não como os homens que falam exteriormente, a não ser

que, pelo ensino, mostre a conciliação entre as conclusões e os princípios. O homem que ensina exteriormente não infunde a luz inteligível, mas causa as espécies inteligíveis, enquanto nos propõe sinais dos conteúdos inteligíveis que o intelecto capta e conserva. Em suma, pode-se dizer que o conhecimento provém de Deus, pois ele é que nos deu a luz da razão, por meio da qual conhecemos os princípios, em que temos a certeza do conhecimento, e pode se dizer que o conhecimento é causado pelo homem, através do ensino.

Em seu Artigo 2, Tomás de Aquino pretende demonstrar se alguém pode ser mestre de si mesmo. E inicia seu artigo apresentando a tese de que essa ação deve ser atribuída mais a causa principal do conhecimento do que a instrumental, logo, seria o intelecto agente a principal causa do conhecimento que é produzido em nós, ao passo que o homem ensina exteriormente, e é apenas uma causa instrumental, que ao intelecto agente propõe instrumentos para que o intelecto seja conduzido ao conhecimento, o que permite dizer que o intelecto ensina mais do que outro homem, que através do discurso exterior é dito mestre daquele que houve, então aquele que pela luz do intelecto agente, atinge o conhecimento deve verdadeiramente ser chamado mestre de si mesmo. Assim, conhecer por descoberta é muito mais perfeito do que aprender de outro modo, e se quando se aprende por intermédio de outro se diz que é mestre, dizendo que A é mestre de B, então, pode-se dizer que alguém é mestre de si quando aprende algo por descoberta.

Também é possível que alguém chegue ao conhecimento pela descoberta, ou também pelo ensino, assim como se atingem as virtudes por si mesmas. Contudo, aqueles que adquirem a virtude sem a mediação de um instrutor, são leis para si mesmos e, do mesmo modo, aquele que adquire conhecimento por si mesmo é considerado mestre de si mesmo. Além do mais, se o professor é causa do conhecimento assim como o médico causa a saúde, se o médico pode curar a si mesmo, do mesmo modo, poderia alguém ensinar a si mesmo.

Depois de apresentar esses argumentos, Aquino apresenta argumentos contrário a tese apresentada anteriormente e se vale da autoridade de Aristóteles no VIII *Physicorum*, que afirma ser impossível o professor aprender aquilo que está a

ensinar. Pois como docente deve ter o conhecimento que não possui como aluno, e que, por isso, não é possível que alguém seja mestre de si mesmo. Um outro argumento é de que o magistério implica uma ascendência como no senhorio, e essa relação não pode ocorrer no que se refere a si mesmo, assim como alguém não pode ser pai ou senhor de si mesmo, daí alguém não poder ser mestre de si mesmo. Referente a essa discussão, o Aquinate apresenta uma solução para a questão, argumentando que realmente é possível que alguém, sem o auxílio exterior, pela luz da razão que possui interiormente, chegue ao conhecimento das coisas ignoradas, como ocorre nos conhecimentos que alguém adquire por descoberta. Contudo, mesmo que alguém seja a causa de seu saber, não pode ser chamado de mestre de si mesmo, ou dizer que ensina a si mesmo. Para ilustrar o argumento, apoiasse em Aristóteles no livro VII da Metafísica, onde é apresentado que há agentes que têm, em si, tudo o que produzem no efeito, mas que também há outros agentes onde só existe uma parte daquilo que produzem no efeito, como o movimento que produz saúde, ou o remédio, no qual se encontra em ato, o calor que não é toda a saúde, mas parte dela. No primeiro tipo está toda a causa do efeito, já nos segundos agentes não, pois só age o que está em ato, e não é perfeito agente aquele que está parcialmente em ato.

O ensino, parte do pressuposto de que o professor possui em ato perfeito o conhecimento, então, é necessário que ele ou quem ensina possua de modo perfeito esse conhecimento, que quer causar no aluno pelo ensino. Por outro lado, quando, porém, alguém adquire o conhecimento por um princípio intrínseco, aquilo que é causa do conhecimento só o é em parte, quanto as razões seminais do conhecimento, que são princípios comuns e que, dado a tal causalidade, não é possível aplicar com propriedade o nome de mestre ou de professor. Além do mais, se o intelecto agente em relação ao conhecimento é mais importante que o homem que ensina, deve-se levar em consideração que não preexiste nele o conhecimento completo como existe no professor. Somente Deus conhece explicitamente todas as coisas e as ensina aos homens, por isso é mestre, já o intelecto a gente não conhece.

Aquino define que, em relação as formas de aquisição do conhecimento, o conhecimento por descoberta é mais perfeito por parte de quem o recebe, pois

manifesta maior habilidade em conhecer, contudo, em relação a quem causa conhecimento, é mais perfeito aquele que adquire o conhecimento pelo ensino, pois o professor que conhece todo conteúdo pode conduzir de modo mais expedito, do que aquele que trilha o caminho por si só a partir dos princípios gerais, demonstrando a supremacia do ensino na aquisição do conhecimento. Em suma, o médico cura não por que tem saúde em ato, mas porque conhece a arte da medicina, já o professor ensina porque tem conhecimento em ato.

CONCLUSÃO

Pode-se concluir que, para Tomás de Aquino, o homem pode ser ensinado por outro homem, como explicita em seu primeiro artigo. O Aquinate continua a pensar o homem como em seu contexto, uma criatura de Deus, contudo, ressalta que o homem possui intelecto, tal afirmação revolucionou o pensamento e o ensino, posto que o homem, porque pensa, pode ensinar, encerrando com a concepção surgida no início da Idade Média que permaneceu dominante até o século XII, que o conhecimento era um dom Divino. Para o Aquinate, seria considerado mestre aquele que possuísse o conhecimento perfeito, ao passo que aquele que não possuísse, mesmo que ensinasse, não poderia causar o conhecimento em ato no aluno.

O Mestre tem o princípio da profissão, domina em ato e pode ensinar e transformar o outro. Para ele o conhecimento que está no mestre não é passado ao aluno de forma numérica, como se o saber que está no mestre passasse a existir por igual no aluno. O mestre não é um mero reproduzidor, mas infunde no aluno a possibilidade de conhecimento. Além do mais, para Aquino, o processo de ensino e aprendizagem pode ser entendido na relação ato e potência, o conhecimento existiria no professor em ato, e o aluno, por possuir intelecto, poderia vir a conhecer, transformando o que antes era em potência em ato. Assim, o processo de ensino e aprendizagem ocorria quando o mestre tinha em si o saber consolidado em ato e o educando possuía no intelecto a possibilidade, potência a aprendizagem. A responsabilidade do ensino consiste no mestre que, como motor, move o processo (OLIVEIRA, 2012).

Na obra de Tomás de Aquino, pode-se perceber que ele soube, magistralmente, equilibrar o pensamento teológico sobre o ensino de sua época, quando se acreditava que somente Deus podia ensinar e ser dito mestre, com o pensamento aristotélico que adentrou o ocidente no século XIII, através da recepção das obras de Aristóteles Aquino se apropria dos conceitos apresentados pelo Filósofo em seu Livro IX da *Metafísica*; e, assim como para o estagirita, a potência estava ligada ao movimento, e ao princípio de mudança em outra coisa, ou na mesma coisa enquanto outra, por obra de si mesmo ou por meio de outro. Esses conceitos são perfeitamente usados pelo Aquinate para significar o aluno, que pode chegar ao conhecimento através do movimento de potência ao ato de conhecimento, seja por si só, ou padecendo por obra de outro, a saber: um mestre em ato. Definido então, que a Deus compete ensinar interiormente, ao passo que o homem pode ensinar exteriormente.

Aristóteles destaca que, das potências existentes, algumas são congênitas, como os sentidos, e outras são adquiridas pelo exercício, como, por exemplo, tocar flautas e outras atividades que podem ser adquiridas pela instrução, contudo, para possuir as potências que se adquirem pelo exercício, é necessária uma atividade precedente. Poder-se-ia dizer que, em Aquino, tais concepções se fazem presentes, pois parte-se do princípio de que o discípulo tem a potência para o conhecimento, contudo, ele só pode chegar a esse conhecimento perfeitamente através da atividade do ensino.

Na *Metafísica*, é apontado que tudo o que está em movimento, ou é movimento, é imperfeito. Os processos de emagrecer, de aprender, de caminhar, de construir não são movimentos perfeitos, não é possível, por exemplo, que alguém caminhe e já tenha caminhado, que construa e já tenha construído. Por outro lado, ao passo que alguém vê, ele viu, que pensa, pensou, e isso constitui uma atividade, enquanto os primeiros exemplos constituem apenas movimento. Isso nos permite pensar como é tratada a imperfeição do discípulo, que está no processo de aprendizagem, em relação ao mestre que possui os conhecimentos em ato.

O ato é superior à potência em perfeição e tudo que vem a ser algo em ato é movido por algo que já é em ato, assim, um homem deriva de um homem já em ato, do mesmo modo, um músico de um músico já em ato, pois tudo se torna algo em ato, pela

obra do ato sobre a potência. Essa via é a mesma tomada por Tomás de Aquino ao caracterizar o mestre como o motor que move o aluno por meio do ensino ao conhecimento em ato, estabelecendo a relação aristotélica de que algo sempre é movido por um ser já em ato, assim o ato do conhecimento presente no mestre se faz necessário para poder mover ao conhecimento o discípulo que ainda está em potência. Então, através desse processo, o mestre conduz o discípulo por meio do ensino ao conhecimento que antes ignorava.

Pode-se concluir que o Aquinate não fez simplesmente uma reprodução do pensamento aristotélico. Tomás de Aquino, sobre os ombros de um dos gigantes da antiguidade, pode agora ver mais longe e produzir uma concepção de ensino revolucionária para o século XIII, não apenas reproduzindo conceitos, mas os ressignificando e inovando em seu pensamento, construindo uma ideia de ensino pautada no princípio de que os seres humanos são dotados de razão e esta foi concedida por Deus interiormente, de modo que somente Ele é capaz de ensinar de modo interior, restando ao homem ajudar a conduzir e cultivar a razão para que passe de potência a ato.

Assim, por origem divina, uma vez dotados de razão, possuímos o que é necessário para chegar à ciência, contudo, possuímos em potência e, somente através da ação e do exercício da busca e do ensino, os germes do conhecimento infusos em nós podem ser levados a ato, por intermédio de um agente extrínseco, o mestre, motor de todo o processo. Certamente, um pensamento revolucionário que muito contribuiu com o ensino durante o período medieval e que ainda hoje nos proporciona uma ótima reflexão sobre a educação e o processo de ensino aprendizagem discutidos hoje nos meios acadêmicos, se forem analisadas, por exemplo, as teorias sobre o ensino de Vygotsky presentes nos cursos de licenciatura será possível encontrar certa semelhança com o que foi desenvolvido pelo Aquinate no século XIII.

Para Vygotsky, o conceito de mediação é um elemento central para a compreensão do desenvolvimento e funcionamento das funções psicológicas superiores, pois o homem se relaciona com o mundo de forma mediada por instrumentos materiais e psicológicos, ou seja, no sistema educacional proposto, a

intermediação desses instrumentos ocorre por meio da interação do sujeito com outros que sejam portadores desses instrumentos (STRIQUER, 2017). Em Vygotsky, o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental, em maiores oportunidades de desenvolvimento. Para esse autor, existem dois tipos de desenvolvimento, o primeiro, chamado de desenvolvimento real é determinado pela capacidade da criança, de resolver sozinho um problema, independente da ajuda de outra pessoa; já, o segundo, chamado desenvolvimento potencial, é determinado pela constatação de que a criança, ou o adulto necessita da orientação de outra pessoa, que seja mais capaz que ela, para resolver um problema. É entre esses dois níveis que se forma a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), onde estão as funções que ainda não amadureceram no indivíduo, mas que certamente amadurecerão, denominadas como brotos ou flores do desenvolvimento, e que logo se desenvolverão, ou desabrocharão (STRIQUER, 2017).

É importante perceber que, nessa teoria, de ensino e aprendizagem, assim como em Tomás de Aquino há uma importância enorme ao mediador, que auxilia a criança a transformar e concretizar o seu desenvolvimento potencial, e isso se faz através de um adulto que detém os meios para conduzir a criança, e fazer florescer o seu desenvolvimento, o que também não fica muito distante da ideia abordada pelo Aquinate de que o discípulo possui os germes do conhecimento em potência, que devem ser levados a ato através do ensino, pelos sinais do agente exterior, o mestre, ou em nossas palavras o professor.

Além disso, embora o Aquinate tenha pontuado ser possível ao discípulo chegar ao conhecimento por si só, por meio da descoberta, ele aponta que é melhor chegar ao conhecimento por meio do ensino, de um mestre que domine, em ato, o que será objeto de conhecimento, por isso, Tomás de Aquino assinala que o mestre que não tem conhecimento em ato não pode ensinar ou causar conhecimento no aluno, pois esse processo apenas ocorreria quando o mestre detivesse o saber consolidado em ato, pois a responsabilidade do ensino consiste no mestre que age como motor do processo de ensino.

Embora essa relação já tenha sido demonstrada acima, ela permite fazer uma reflexão sobre a necessidade e importância da formação do profissional da educação com excelência, o que nos leva a pensar sobre nossa formação enquanto professores, e na formação dos demais licenciados que se formam anualmente, pois lecionar implica que os professores tenham pleno conhecimento da profissão, da arte de ensinar em ato, de modo perfeito, e isso requer capacitação constante e uma boa formação, o que nos leva a uma reflexão sobre o cenário educacional do brasileiro, onde, cada vez mais, a educação passa a ser encarada como uma mercadoria. Dessa forma, perde-se qualidade e não se atinge o seu fim desejado, pois o fim do mercado é apenas o lucro. Logo, somente com os processos educacionais voltados à excelência do saber teremos professores bem formados, engajados com o ensino e poderemos constituir um processo de ensino e aprendizagem eficaz, que desenvolva, efetivamente, as potencialidades dos alunos, incentivando-os a adquirir conhecimento em ato.

Em suma, pode-se concluir que o estudo do ensino em Tomás de Aquino, no século XIII nos proporciona deslumbrar o quão inovador foi seu pensamento em seu período, e que ainda permanece útil e proveitoso ser estudado, pois, ainda que distante de nossa época, proporciona discutir as relações sobre o ensino e aprendizagem assim como as teorias recorrentes ao ensino que pairam sobre a nossa contemporaneidade e que colocam o professor como mediador do processo educacional. E, claro, além disso, essa reflexão nos permite questionar a tese de uma “Idade Média” sem intelectualidade e renovação, ideia fortemente divulgada no período Iluminista. A análise feita de o *De Magistro*, do Doctor Angelicus, permite-nos concluir que, ao contrário do pensamento iluminista, nesse período, houve, sim, atividade intelectual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOCUMENTAÇÃO

ARISTÓTELES. *Metafísica*. Trad. Giovanni Reale. São Paulo: Loyola, 2002.

TOMÁS DE AQUINO. *Sobre o ensino* (De Magistro), os sete pecados capitais. Trad. Jean Luiz Lauand. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BIBLIOGRAFIAS

BONI, L.A. A Entrada de Aristóteles no Ocidente Medieval. *Dissertatio*, Pelotas, v. 1, n.1, p. 66-107, 1995.

BONI, L. A., org. *Estudos Sobre Tomas de Aquino*. Pelotas: UFPel, 2018.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FRANCO JR, H. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

GILSON, Étienne. *A filosofia na Idade Média*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

LAUAND, Jean Luiz. Introdução. In: AQUINO, Tomás. *Sobre o ensino* (De magistro), os sete pecados capitais. Tradução e estudos introdutórios por Jean Luiz Lauand. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 3-22.

OLIVEIRA, T. *Ensino e Debate na Universidade do Século XIII: Tomás de Aquino e Boaventura de Bagnoregio*. Maringá: Eduem, 2012.

OLIVEIRA, T. Origem e memória das universidades medievais: a preservação de uma instituição educacional. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37, p. 113-129, Jan/Jun 2007.

PINSK, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2006.

STRIQUER, Marilúcia dos Santos Domingos. Eutomia, Recife, 19 (1), p. 142-156, jul. 2017.